

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX - Nº 1.643 - BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 18 DE FEVEREIRO DE 2003

ABERTURA DOS TRABALHOS LEGISLATIVOS

Lula pede ao Congresso aprovação das reformas

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, na abertura dos trabalhos legislativos de 2003, que o Congresso deve se constituir em “palco dos grandes debates e decisões sobre as reformas”. O presidente do Senado e do Congresso, José Sarney, disse que a atual legislatura “será marcada pelo trabalho”.

PÁGINAS 3, 4 E 5



Célio Azavedo



Roque de Sá

Entre Sarney e João Paulo, o presidente Lula chega para a abertura dos trabalhos legislativos e lê a mensagem com apelo em favor das reformas



Roque de Sá

Comissões elegem amanhã seus novos presidentes

Antonio Carlos Magalhães desiste de concorrer à presidência da CCJ, e PFL indica Edison Lobão para o cargo. Nas demais comissões, não há alterações e uma pauta extensa de trabalhos aguarda os novos dirigentes

PÁGINAS 6 E 7

Senadores discutem valor máximo da aposentadoria

Objetivo da proposta de emenda à Constituição é preservar o poder de compra do benefício recebido pelo trabalhador

O Senado realiza amanhã, na primeira sessão deliberativa da legislatura, a quarta sessão de discussão do substitutivo à proposta de emenda à Constituição (PEC) determinando que o limite máximo do valor mensal da aposentadoria seja expresso em reais e definido em lei, devendo ser fixado em R\$ 2 mil até que isso ocorra. O substitutivo, do ex-senador Waldeck Ornélas, foi apresentado à proposta de autoria do ex-senador Mauro Miranda.

Ainda segundo o substitutivo, o valor do benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado deverá ser reajustado na mesma época e pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do Regime Geral da Previdência Social, de forma a preservar, em caráter permanente, o seu valor real.

Também amanhã transcorrerá a quarta sessão de discussão do substitutivo do ex-senador José Eduardo Dutra à PEC apresentada pelo senador Tião Viana (PT-AC) que proíbe a realização de votações secretas no Congresso Nacional. Ambas as matérias estarão prontas para votação em primeiro turno a partir de quinta-feira, quando a sessão também será deliberativa. As sessões de hoje e de sexta-feira são destinadas apenas a discursos e comunicações dos senadores.

A proposta de Tião Viana pretendia exigir o voto ostensivo no



Viana (no destaque) é autor de PEC, a ser também examinada pelo Plenário, que proíbe votações secretas no Congresso



caso de perda de mandato de deputado e senador. O substitutivo de Dutra amplia o texto original, vedando, em qualquer hipótese, a votação secreta, e estabelecendo que passarão a ser públicas também as seguintes votações: da manutenção de prisão de parlamentar detido em flagrante delito por crime inafiançável para autorizar, ou não, a formação de culpa; de veto do presidente da República a projeto de lei; da escolha de magistrados, do presidente do Banco Central e de outras autoridades; e da exoneração, de ofício, do procurador-geral da República antes do término do seu mandato.

Na justificativa do substitutivo, aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Dutra afirma que o voto secreto "oculta do eleitor a manifestação de vontade daquele que o representa", impedindo, assim, o exer-

cício de qualquer mecanismo de responsabilização política. A PEC apresentada por Tião Viana recebeu voto em separado do senador Romero Jucá (PSDB-RR), para quem a Constituição, ao determinar votação secreta em alguns casos, pretende garantir a liberdade de consciência e "afastar riscos de constrangimentos que o parlamentar possa vir a sofrer, seja por ocasião da realização da votação, seja futuramente, após essa votação".

RADIODIFUSÃO

Na sessão de amanhã ainda estarão em pauta quatro projetos de decreto legislativo referentes à execução de serviços de radiodifusão e um requerimento para tramitação conjunta de PECs sobre suplência de senador. Na sessão de quinta-feira, poderão ser votadas as propostas de fim de voto secreto e de fixação do teto do benefício do Regime Geral da Previdência, além de cinco projetos de decreto legislativo sobre radiodifusão.

Conselho de Comunicação tem parecer contra TV para o TCU

O Conselho de Comunicação Social aprovou ontem parecer do conselheiro Paulo Machado de Carvalho Neto que recomenda a rejeição do projeto de lei que cria a TV do Tribunal de Contas da União (TCU). De autoria do ex-senador Francisco Escórcio, a proposta altera a lei sobre o serviço de TV a cabo para incluir canal reservado ao TCU.

Após rejeitarem o projeto, os membros do Conselho acataram recomendação para que o TCU utilize a TV Senado e a TV Justiça. Criar outra emissora institucional, na opinião dos conselheiros, seria um gasto desnecessário.

José Paulo Cavalcanti Filho, na presidência dos trabalhos, propôs que, em reunião posterior, os conselheiros discutam o relatório da Comissão de Tecnologia Digital, para só depois debaterem o tema

com os técnicos do governo.

Os participantes da reunião decidiram também extinguir a comissão do Conselho que estudava a medida provisória sobre a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Eles avaliaram que, com a aprovação da lei, a discussão da medida provisória ficou prejudicada.

Ao fazer exposição sobre as televisões públicas, o conselheiro Jorge da Cunha Lima defendeu uma legislação específica para o setor. De acordo com Cunha Lima, apesar de a Constituição se referir ao tema, até hoje a TV pública não foi objeto de qualquer ato normativo.

A exposição feita pelo jornalista Alberto Dines abordou a concentração dos meios de comunicação social no Brasil.



Conselho de Comunicação Social recomendou que o TCU utilize as emissoras do Senado e da Justiça para divulgar seu trabalho

AGENDA

TERÇA-FEIRA, 18 DE FEVEREIRO DE 2003

Presidente José Sarney	Legislatura do Senado Federal
10h30 – Recebe a juíza Salete Macalóz	PLENÁRIO
11h – Recebe os ex-deputados Freire Júnior e José Freire	14h30 – Sessão não deliberativa
11h30 – Recebe Paulo Machado de Carvalho Neto, presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert)	PREVISÃO ESPECIAL
12h – Recebe o embaixador Jiang Yuande, da China	Quarta-feira
14h30 – Preside a 1ª Sessão Legislativa da 52ª	9h30 – Reunião da bancada do PT com o ministro Celso Amorim. Auditório do Interlegis

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza
Serys Shessaenko
Geraldo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

REABERTURA DO CONGRESSO

Lula pede apoio do Parlamento às reformas



Lula discursa para um Plenário lotado: "Tenho consciência de que só iremos mudar o Brasil juntos"

Sarney dá início aos trabalhos legislativos

Às 15h30 de ontem o presidente do Congresso Nacional, José Sarney, chegou ao prédio do Parlamento, dando início à cerimônia de abertura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Sarney foi recebido em frente ao Congresso com o Hino Nacional tocado pela Banda do 1º Regimento da Cavalaria de Guardas e uma salva de 21 tiros de canhão. Ao mesmo tempo, duas bandeiras nacionais foram hasteadas, na frente do Senado e da Câmara.

Em seguida, Sarney passou em revista tropas que o aguardavam perfiladas em frente ao prédio do Congresso. No início da rampa, Sarney foi recebido pelo diretor-geral do Senado, Agaciel Maia; o secretário-geral da Mesa do Senado, Raimundo Carreiro; o diretor-geral da Câmara, Sérgio de Almeida; e o secretário-geral da Mesa da Câmara, Mozart Vianna.

José Sarney recebeu cumprimentos de líderes parlamentares e, juntos, subiram a rampa saudados pelos Dragões da Independência e rumaram para o Salão Nobre do Senado, onde aguardaram a chegada do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Lula chegou ao Congresso às 16h05, onde foi recebido pelos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, João Paulo Cunha, na porta do Salão Negro. Em seguida, encaminharam-se ao Salão Nobre do Senado, de onde Lula foi conduzido ao Plenário por uma comissão especial formada pelos líderes partidários das duas Casas.



A salva de 21 tiros de canhão recepção ao presidente do Senado, José Sarney



Lula é recebido por José Sarney e João Paulo Cunha à entrada do Congresso

Aplausos marcam o trajeto do presidente

Foi marcada por aplausos a chegada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Congresso, onde leu mensagem propondo a união dos Poderes. Lula foi aplaudido em todo o percurso até o Plenário, e entusiasticamente cumprimentado pelos parlamentares ao final da leitura.

Sentado entre os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, durante a solenidade o presidente da República teve também ao seu lado o vice-presidente da República, José Alencar, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio Mello, e o chefe da Casa Civil, José Dirceu. Integrantes da Comissão Diretora do Congresso, sentaram-se também à Mesa os deputados Nilton Capixaba (3º secretário) e Inocêncio Oliveira (1º vice-presidente); e os senadores Eduardo Siqueira Campos (2º vice-presidente) e Serys Slhessarenko (2ª secretária).

Trazida por um ajudante-de-ordens, a mensagem foi entregue ao presidente da República, que, em seguida, a entregou a Sarney. Este declarou então iniciados os trabalhos da sessão, anunciando a execução do Hino Nacional, tocado pela Banda dos Fuzileiros Navais. Logo após, Lula leu a mensagem. Depois, José Sarney discursou anunciando a disposição do Legislativo em colaborar com a realização das reformas. Em 1990, presidente do Brasil, José Sarney também veio ao Congresso trazer sua mensagem.

O apelo à cooperação do Congresso Nacional para a aprovação das reformas foi o tema central do discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante a sessão de abertura dos trabalhos legislativos de 2003. Ele disse que o Parlamento deve se constituir em "palco dos grandes debates e decisões sobre as reformas tributária, previdenciária, política, trabalhista, agrária e do sistema financeiro".

Lula convocou os Poderes Legislativo e Judiciário a, junto com o Executivo, assumirem um compromisso com o povo, "para fazer o país retomar o caminho do crescimento econômico com geração de emprego, distribuição de renda e inclusão social".

— Tenho consciência de que só iremos mudar o Brasil juntos, fazendo convergir, democraticamente, a vontade dos Poderes da República, e com a participação efetiva do conjunto da nação — disse o presidente.

Em discurso interrompido diversas vezes por aplausos de um Plenário lotado de deputados e senadores, o presidente falou sobre os recentes cortes orçamentários e os esforços do governo pela manutenção da estabilidade monetária, diante da iminência de uma guerra. Lula também reafirmou a necessidade das reformas tributária e da Previdência e explicitou o papel do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. A seguir os principais trechos do pronunciamento.

ESTABILIDADE

"Estamos fazendo enorme esforço para conduzir o país por uma transição criteriosa e segura. Esse esforço vem dando frutos importantes, com a queda do dólar e do risco Brasil e com a reabertura das linhas de crédito internacionais.

"A estabilidade da moeda nacional encontra-se ameaçada. As pessoas assistem inquietas à diminuição do poder de compra dos salários. O vírus da inflação voltou a ser, desde o final do ano passado, ameaça real para o organismo econômico brasileiro. Vamos fazer o que precisa ser feito para recolocar a economia nacional no caminho da estabilidade e do desenvolvimento."

CORTES NO ORÇAMENTO

"Temos plena consciência da dureza do contingenciamento or-

çamentário feito na última semana. A determinação de fazer um superávit primário de 4,25% do Produto Interno Bruto é indispensável para impedir que a dívida pública cresça.

"Combater a inflação, reduzir a nossa dívida, gerar empregos e distribuir a renda são objetivos permanentes do meu governo. Para nós, estabilidade econômica não é um fim em si, é pré-condição para o crescimento da economia em bases sustentadas."

GUERRA

"Teremos tempos difíceis pela frente. O mundo entrou em um período de maiores incertezas. A situação internacional se agravou com o anúncio de uma guerra, o que já está produzindo consequências dolorosas para a economia mundial. O preço do petróleo ultrapassou a barreira dos 35 dólares o barril e há o temor generalizado de uma escalada altista.

"Essa nova instabilidade vem somar-se à difícil situação que herdamos. A cotação do dólar voltou a subir em relação ao real e o risco Brasil parou de cair."

REFORMA TRIBUTÁRIA

"O Brasil precisa de uma reforma que desonere o investimento produtivo e o trabalho, que simplifique os mecanismos de arrecadação e estimule o aumento da produtividade e da competitividade externa da nossa economia, melhorando a distribuição da renda.

"Um dos pontos centrais dessa reforma é o fortalecimento do pacto federativo. É preciso reduzir os espaços para a tão problemática guerra fiscal."

PREVIDÊNCIA

"Temos que garantir um sistema justo e sustentável, que assegure o pagamento das aposentadorias e pensões das atuais e futuras gerações. Se o custeio do sistema não for devidamente equacionado, muito em breve não haverá dinheiro para pagar os benefícios e as aposentadorias."

CONSELHO

"Tenho certeza de que o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social terá importante papel a cumprir.

"Ele vai nos ajudar a construir uma agenda de discussões das reformas e de um novo pacto social no Brasil. Mas não vai, em hipótese alguma, substituir nem relativizar o poder do Congresso Nacional."

REABERTURA DO CONGRESSO

Sarney diz que legislatura será marcada pelo trabalho

Na sessão solene que marcou o início da atual legislatura, ontem, o presidente do Senado e do Congresso Nacional, senador José Sarney, disse que a mensagem lida pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, “tem o peso de sua vida e o idealismo de suas responsabilidades”. O senador destacou o prestígio conferido pela presença de Lula na abertura dos trabalhos do Congresso.

— Expresso em nome do Congresso Nacional a nossa homenagem por ter vindo trazer pessoalmente a mensagem sobre o Estado da Nação, sendo o portador de um patriótico convite de união de vontades e esforços na tarefa de engrandecer o debate democrático, colocando-o em patamar que possa absorver todas as nossas energias, formatando as necessárias reformas, principalmente as dos setores previdenciário, tributário, judiciário e político — afirmou o presidente do Senado em seu discurso, salientando, em nome de todos os parlamentares, que “o Congresso não faltará ao país”.

José Sarney afirmou que a eleição de Lula “representa um momento histórico na vida do Brasil”, significando “o fim de um ciclo republicano”. Ele resumiu a evolução das constituições republicanas, incorporando conquistas sociais e políticas, culminando na Constituição de 1988, “responsável por notáveis avanços na área social”, apesar de “cheia de defeitos”.

— Amplia-se o pacto republicano de inclusão do povo, dos trabalhadores das cidades e dos campos. Enfim, um presidente representativo das camadas e reivindicações de setores até agora não incorporados ao processo de decisão nacional. É essa a grande mudança — disse o presidente do Senado.

Para Sarney, Lula é “portador de uma biografia que honra o país, exemplo da mobilidade social e das oportunidades de uma sociedade verdadeiramente democrática”. Com ele, acrescentou, “o Brasil apresenta-se ao mundo como uma grande democracia”.

A mensagem lida por Lula, assinalou Sarney, representa “a certeza de sua visão do futuro, de suas altas responsabilidades, de sua histórica missão”. O senador afirmou que o Congresso está consciente da importância do momento que o país atravessa e que “cumprirá seu papel constitucional de independência e autonomia”, dando “o respaldo necessário para as medidas em

favor do país votando no mais breve tempo possível as reformas necessárias”.

— Esperamos que todo o Congresso seja um grande elo na construção deste novo momento da vida brasileira. A mensagem de Vossa Excelência tem o peso de sua vida e o idealismo de suas responsabilidades — afirmou o senador.

Sarney desejou aos deputados e senadores “êxito em suas funções e trabalhos e realização política de suas obrigações legislativas”. Disse ter a certeza de que este Congresso “está consciente de suas responsabilidades neste momento em que o Brasil vive um clima de mudança, de renovação e de profunda transformação”.

— A atual legislatura será marcada pelo trabalho, pela altitude do debate político e pela consciência moral dos nossos deveres — disse o senador, manifestando contentamento por trabalhar “sintonizado e irmanado” com o presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha.



Sarney (com Lula, José Alencar e Marco Aurélio): “Esperamos que o Congresso seja um grande elo na construção deste novo momento da vida brasileira”

Para senador, PMDB deve participar do governo

O presidente do Senado, José Sarney, disse ontem que o desejo de grande parte da bancada do PMDB é de que o partido “tenha condição de construir uma participação dentro do governo”. O partido, segundo o senador, deseja participar da formulação das políticas públicas.

— Não se pode deixar o PMDB de fora numa hora em que se tem como prioridade as causas sociais, sendo o PMDB o partido das causas sociais, que abrigou todos esses homens que hoje formam outros partidos. O MDB foi a célula-mãe de todos os partidos que hoje estão no poder. Esta é a nossa tese e tem grande repercussão dentro do partido — observou.

Sarney disse ainda que a mensagem lida na abertura dos trabalhos

do Congresso pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, foi conciliatória ao pedir uma parceria na votação das reformas que o Executivo pretende empreender. Sarney acredita ser possível aprovar ainda neste ano, se houver vontade política, duas ou três reformas propostas pelo Executivo.

O líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), que visitou Sarney no gabinete da Presidência, disse que a presença de Lula no Congresso no início dos trabalhos da 52ª Legislatura inaugura um modelo novo de relação institucional do Executivo com o Legislativo.

— A simples vinda do presidente, quando a tradição não manda, é uma demonstração de boa vontade neste momento em que o Congresso precisa aprovar as reformas que

a sociedade quer. O PMDB quer ajudar na aprovação das reformas, quer colaborar com a governabilidade e com o país — disse.

GRAMPOS

Ao ser questionado sobre a possibilidade de abertura de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar o caso dos grampos telefônicos que envolvem o nome do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), o presidente do Senado afirmou que a competência para investigar tudo o que diz respeito a crimes comuns possivelmente cometidos por senadores ou deputados é do Supremo Tribunal Federal.

— Esse caso está em processo de investigação e não podemos nos antecipar a isso. A competência não é nossa, é do Supremo — afirmou.

Márcia Kallume



Romeu Tuma considerou o discurso “sincero”; Renan Calheiros elogiou o gesto de Lula e Tasso Jereissati constatou convergência de linguagem



Geraldo Magela



Geraldo Magela

Senadores vêm respeito ao Legislativo

O fortalecimento do Congresso Nacional foi a principal característica destacada por diversos senadores no discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da 52ª Legislatura. Jefferson Péres (PDT-AM) disse que a iniciativa de Lula foi um sinal de respeito e apreço pelo Congresso e que a presença do presidente no início das legislaturas deveria estar prevista na Constituição.

— Mais do que uma prática, deveria ser um preceito constitucional — afirmou.

Romeu Tuma (PFL-SP) disse que, dentro da máxima democrática de independência dos poderes, a iniciativa de Lula foi uma decisão sábia. Para ele, “o presidente fez um discurso sincero, mostrando as dificuldades e a necessidade das medidas que tomou para manter o equilíbrio das contas públicas”.

Ney Suassuna (PMDB-PB) gostou do discurso “pela objetividade, pela

franqueza e, principalmente, pela solicitação de uma parceria com o Congresso”.

Renan Calheiros (PMDB-AL) qualificou o gesto do presidente da República como “excelente sinal” de melhora na relação entre Executivo e Legislativo, afirmando que “isso robustece o papel do Congresso”.

Para Romero Jucá (PSDB-RR), o discurso de Lula foi “um protocolo de intenções” que propôs um pacto de governabilidade. “Hoje a bola começa a girar”, afirmou. Ele assinalou que, se houve uma mudança de sensibilidade, ela foi do PT.

— O discurso do PT no ano passado era um e hoje é outro — frisou.

Tasso Jereissati (PSDB-CE) disse que o tom do discurso “foi para cima”. Acrescentou que não se deve começar um governo procurando brigas, mas procurando conversa.

— Se Lula está falando a nossa linguagem, ótimo. Vamos levar essa linguagem para o país — afirmou.

Tião Viana saúda “discurso de estadista”

O líder do PT no Senado, Tião Viana (AC), considerou a fala do presidente Lula como “um discurso maduro de estadista”. Para ele, as palavras do presidente foram atuais e firmes, demonstrando ser uma liderança política que conhece e está



Jana de Araújo

Segundo Viana, compromisso com mudança é sólido

vivendo cada um dos graves problemas brasileiros.

Segundo Tião Viana, o compromisso do PT e de Lula com as mudanças no país está cada dia mais

qualquer solução passa por uma parceria entre Executivo e Legislativo, “nos moldes que o presidente Lula tão bem explicitou nessa mensagem aos deputados e senadores”.

Lula foi denso e realista, afirma Lobão

O senador Edison Lobão (PFL-MA) disse ontem que a mensagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi densa e realista, além de representar um procedimento novo no Brasil, que é o do comparecimento do chefe do governo ao Parlamento na



Roosevelt Pinheiro

Lobão destaca demonstração de maturidade

abertura dos trabalhos legislativos. “Essa é uma tradição dos países civilizados do mundo, é salutar do

ponto de vista democrático e do relacionamento das instituições. Aqui no Brasil, só havia acontecido uma única vez, no governo de José Sarney”, recordou.

Para Lobão, a presença de Lula “foi uma demonstração de maturidade democrática e institucional e iniciou um relacionamento diferente entre Executivo e Legislativo”.

REABERTURA DO CONGRESSO

Tebet: mensagem atendeu às expectativas

Para o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), o presidente da República "falou aquilo que o Legislativo queria ouvir". Lembrando que o Congresso é soberano e que os parlamentares têm consciência dos problemas do país, Tebet considerou plenamente compreendidas pelo Plenário as preocupações de Luiz Inácio Lula da Silva com as reformas.

Na opinião de Tebet, pelo menos as reformas tributária e previdenciária devem ter prioridade. Essas reformas são fundamentais para o país, disse, considerando a tributária "um sonho para o contribuinte, vítima de uma carga fiscal extremamente alta". O senador também afirmou ser de grande importância que a reforma tributária torne mais justo o impacto dos impostos na Federação.

Para Bezerra, presidente mostrou que conhece o país

O líder do PTB, senador Fernando Bezerra (RN), considerou a mensagem presidencial lida no Plenário do Congresso pelo próprio chefe do governo como "equilibrada, realista e responsável", e disse que o presidente Lula demonstrou pleno conhecimento da realidade e da difícil situação do país.

Fernando Bezerra observou que o presidente Lula está conduzindo o governo com a dose certa entre o realismo, que não pode ser confundido com pessimismo, e o otimismo necessário às aspirações do povo e das forças produtivas.

— O presidente já deu o tom do que vai ser o governo com o corte orçamentário de R\$ 14 bilhões, medida necessária em face da situação gravíssima do país. Ele demonstrou coragem e responsabilidade.



Tebet considera que reformas são fundamentais

Jane de Araújo

Lula reafirmou a soberania dos três Poderes, diz Paim

O primeiro-vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), considerou positiva, "de encontro e harmonia", a apresentação da mensagem presidencial, feita na tarde de ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele destacou como um dos pontos mais importantes a manifestação do presidente no sentido de trabalhar em conjunto com os demais Poderes da República na construção de um Brasil melhor.

— Foi um discurso muito importante. Lula mais uma vez afirmou a soberania e a independência dos três Poderes e não deixou nenhuma dúvida de que o Conselho de



Paim considerou positiva a mensagem do presidente da República ao Congresso

José Cruz

Desenvolvimento Econômico, criado por ele, é apenas um órgão consultivo da Presidência, e que o Congresso é que dará a última palavra a respeito de todas as refor-

mas que o governo proporá — afirmou Paulo Paim.

CPI

Sobre a eventual instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar as denúncias de escuta telefônica que envolveriam parlamentares baianos, Paim informou que, até o momento, a posição majoritária dos senadores petistas é no sentido de que a Polícia Federal realize todas as investigações que forem necessárias.

Paim disse ainda que o partido somente se pronunciará a respeito de uma CPI no momento em que uma das Casas do Congresso for provocada sobre o assunto.

Suplicy: vinda mostrou respeito ao Congresso

A vinda do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Congresso para trazer a mensagem presidencial que inaugura a sessão legislativa "foi muito importante", na opinião do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), por demonstrar o "respeito e o compromisso perante o Congresso".

Suplicy considerou significativa a vinda do presidente e apontou a multidão de parlamentares que ocupou o Plenário da Câmara para ouvi-lo como uma demonstração de crença em seus propósitos e vontade de participar das mudanças de que o país precisa.

O parlamentar observou que o anúncio dos compromissos governamentais com as transformações sociais, a paz mundial e o projeto Fome Zero foi muito bem recebido pelo Plenário. Da mesma forma, ele considera que o Legislativo deixou claro que está pronto para trabalhar nas reformas previdenciária, tributária, trabalhista, agrária e política. Para Suplicy, "esse discurso, sobre o estado da nação", foi muito bem aceito pelo Parlamento.



Suplicy: Legislativo está pronto para as reformas

José Cruz

Gesto é digno de elogios, afirma Magno Malta

O líder do PL no Senado, Magno Malta (ES), considerou como o ponto mais importante do discurso feito pelo presidente

Luiz Inácio Lula da Silva durante a apresentação da mensagem presidencial na tarde de ontem, no Plenário da Câmara dos Deputados, a demonstração de respeito do presidente pelo Poder Legislativo.

— Lula foi muito feliz em suas palavras. É digno de elogios o seu gesto humilde de vir ao Congresso mostrar a realidade que o Brasil está atravessando e a sua obstinação em mudar o país para melhor — afirmou Magno Malta.

O senador pelo Espírito Santo também destacou a garantia dada por Lula de que fará o possível para banir a fome no país e que promoverá as reformas, ainda que elas possam ser dolorosas. Magno Malta disse acreditar que somente por meio de reformas estruturais o Brasil poderá retomar o rumo do crescimento.



Para Magno, reformas garantirão o crescimento

Roque de Sá

José Agripino cobra medidas concretas

Para o líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), o pronunciamento do presidente Lula foi bom e bem centrado, ao focar a necessidade de um trabalho conjunto e harmônico entre o Executivo e o Legislativo. "Resta saber se o discurso será praticado de verdade", ponderou.

José Agripino lembrou que, numa democracia madura como o Brasil, o equilíbrio entre os três Poderes, bem como a parceria leal entre eles, não pode ser considerado como idéia nova, uma vez que é isso que se espera de um cenário político moderno.

— Infelizmente, nem sempre as boas intenções e as idéias bem colocadas são seguidas das ações práticas e pertinentes, sem deixar que se perca o impulso político inicial. As palavras sempre fluem facilmente. Mas as medidas concretas, em especial aquelas que contrariam interesses, representam desafios bem mais árduos.

José Agripino reafirmou o compromisso de seu partido, o PFL, com a governabilidade do país e com o bem-estar dos brasileiros.



Agripino lembrou o compromisso do PFL com o país

José Cruz

Virgílio: governo está se mostrando "equilibrado"

O discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, feito durante a apresentação da mensagem presidencial, no Plenário da Câmara dos Deputados, recebeu elogios do opositorista Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB no Senado. Ele comentou que o presidente está se mostrando um governante "ajuizado e equilibrado".

— O discurso foi perfeito. Do ponto de vista da preocupação com as reformas, mesmo de forma atrasada, Lula posicionou-se afinado com as idéias defendidas pelo PSDB. Pareceu coisa do Francisco Xavier. Lula psicografou Fernando Henrique — comentou Arthur Virgílio.

Na avaliação do senador pelo Amazonas, o tom do discurso do presidente demonstra que o governo Fernando Henrique Cardoso conduziu a economia no rumo certo. Por esse motivo, Arthur Virgílio acredita que o modelo econômico do governo anterior será mantido. Ele aconselhou Lula a parar de dar satisfações aos radicais do seu partido, sob pena de provocar desconfiança nos investidores nacionais e internacionais.

Virgílio também destacou algumas diferenças entre os integrantes do PSDB e os do PT. Ele citou como exemplo o fato de ter aplaudido Lula em diversos pontos do discurso do presidente, principalmente quando as propostas coincidiam com as do seu partido.

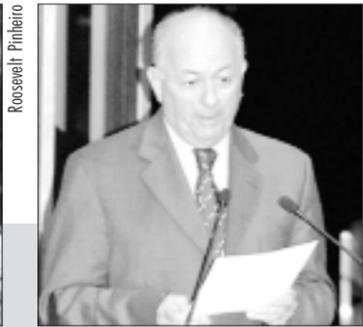
— Se fosse Fernando Henrique discursando para o Congresso, eles seriam capazes de vaiar. Eu sou capaz do aplauso a um presidente democraticamente eleito pelo voto popular. Mas se eles já mudaram tanto na questão das reformas, quem sabe também não aprendem essa coisa boa e educada politicamente que é saber aplaudir o adversário quando ele merece — encerrou Virgílio.



Para Virgílio, Lula está afinado com idéias do PSDB

Gerardo Magela

COMISSÕES



Lideranças indicaram Ney Suassuna para a presidência da CFC, José Jorge para a CI e Eduardo Suplicy para a CRE

Novos presidentes podem ser confirmados amanhã

As comissões de Fiscalização e Controle (CFC), de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) devem eleger amanhã seus novos presidentes e vice-presidentes. Os senadores indicados pelas lideranças partidárias para presidir os colegiados são, respectivamente, Ney Suassuna (PMDB-PB), José Jorge (PFL-PE) e Eduardo Suplicy (PT-SP). Os nomes dos ocupantes dos cargos de vice-presidentes e dos membros titulares e suplentes de cada comissão ainda estão sendo definidos pelos partidos.

Suassuna volta ao comando da CFC depois de ter presidido o colegiado em 2001. Um dos primeiros itens a entrar na pauta da comissão, que conta com 17 titulares e nove suplentes e costuma se

reunir às quartas-feiras, às 11h30, deve ser o requerimento da senadora Heloísa Helena (PT-AL) que solicita investigação de denúncia de envolvimento de autoridades com grilagem de terras públicas no Distrito Federal.

Esse requerimento já havia sido discutido pela comissão no final do ano passado, tendo sido relatado pelo ex-senador Moreira Mendes. O parecer recomendou o indeferimento da proposição, sugerindo que a CFC oficiasse ao Tribunal de Contas da União (TCU) e ao Ministério Público da União (MPU), que já vêm investigando o caso, no sentido de se manter o rigor da apuração e de informar ao Senado sobre as providências adotadas. Além de ter sido objeto de vista, o parecer pode ser submetido a mudanças com a indica-

ção de novo relator para a matéria. **INFRA-ESTRUTURA**

Com 23 titulares e 23 suplentes, a CI deve continuar se reunindo às terças-feiras, às 14h30, e retomar a discussão de projetos a partir de uma pauta de 13 itens remanescentes de 2002. Nessa relação estão duas propostas que dispõem sobre a implantação do horário de verão no país; quatro matérias que tratam de alterações no Plano Nacional de Viação; e duas que introduzem mudanças na legislação que regula a Agência Nacional de Petróleo (ANP) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Em relação à CRE, ainda não há previsão de pauta para o reinício das atividades. O colegiado deve se reunir às terças-feiras, às 17h30, e será composto por 19 titulares e 19 suplentes.

Tebet assume CAE e deve redistribuir 168 propostas

O presidente indicado da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Ramez Tebet (PMDB-MS), deverá redistribuir um total de 168 propostas que serão apreciadas neste semestre e designar os respectivos relatores.

Após leitura dos nomes dos integrantes da CAE, que deverá ser feita hoje em Plenário pelo presidente do Senado, José Sarney, a comissão promoverá amanhã a instalação dos trabalhos e a eleição do presidente e do vice.

De 268 propostas que tramitavam na CAE até o final da última legislatura, 160 foram arquivadas, seguindo critérios definidos pela Resolução nº 17, de 2002.

De acordo com o previsto naquela resolução, ficou estabelecido que, ao final da legislatura, se-

rão arquivadas todas as proposições em tramitação no Senado, exceto: I – as originárias da Câmara dos Deputados ou por ela revisadas; II – as de autoria de senadores que permaneçam no exercício de mandato ou que tenham sido reeleitos; III – as apresentadas por senadores no último ano de mandato; IV – as com parecer favorável das comissões; V – as que tratem de matéria de competência exclusiva do Congresso Nacional (constante do artigo 49); VI – as que tratem de matéria de competência privativa do Senado Federal (artigo 52); VII – as relativas a pedido de sustação de processo contra senador em andamento no Supremo Tribunal Federal.

A Resolução nº 17 determina ainda, em seu parágrafo 1º, que “será



Relatores para os projetos serão designados por Tebet

automaticamente arquivada a proposição que se encontre em tramitação há duas legislaturas, salvo se requerida a continuidade de sua tramitação por um terço dos senadores, até 60 dias após o início da primeira sessão legislativa da legislatura seguinte ao arquivamento, e aprovado o seu desarquivamento pelo Plenário do Senado”.

Para exame acurado das 168 matérias que serão redistribuídas, compondo os trabalhos da CAE no semestre, técnicos ligados à comissão entendem que as sessões deliberativas somente deverão recomençar no próximo mês de março.

Educação inicia com mais de 50 projetos em tramitação

A eleição do presidente e do vice-presidente da Comissão de Educação (CE) está marcada para após a ordem do dia de amanhã, quando também ocorrerá a instalação dos trabalhos do semestre. Após essa primeira reunião, os integrantes da CE deverão começar o exame



Osamar Dias deve assumir amanhã presidência da CE

de mais de 50 projetos de lei sobre educação, cultura, informática, esportes e comunicações, que já estão tramitando na comissão.

Além desses projetos, a CE terá que apreciar cerca de 170 proposições que regulamentam o funcionamento de emissoras de rádio e de televisão no país. Todas as matérias, incluindo as remanescentes da legislatura passada, serão distribuídas para novos relatores pelo presidente do colegiado.

A presidência da Comissão de Educação, cuja indicação foi feita pelo PDT, será exercida pelo senador Osamar Dias (PR), a quem caberá a escolha dos parlamentares que vão integrar as subcomis-

sões permanentes da CE (de Cinema; de Comunicação; de Informática; do Esporte; e do Livro). Os nomes dos parlamentares devem ser designados nas próximas semanas.

Entre as matérias que os senadores irão examinar constam dois projetos da

Câmara. Um deles redefine os critérios de enquadramento das escolas filantrópicas, comunitárias e confessionais que poderão receber recursos públicos. O outro projeto exige a numeração sequenciada de obras artísticas e científicas, para evitar falsificações.

Entre os projetos que devem formar futuras pautas da CE está a proposição do ex-senador e atual governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, que regula o serviço de TV comunitária; projeto do senador Edison Lobão (PFL-MA) que regulamenta as férias dos estagiários; e um terceiro projeto que trata da Política Nacional do Livro.

CAS examina mudança de critérios para uso do FGTS

Para começar os trabalhos desta nova legislatura, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) depende da indicação dos 29 integrantes do colegiado pelas lideranças partidárias. A escolha dos nomes deve ser feita ainda esta semana. A lista será lida em Plenário e a primeira reunião será dedicada à eleição do presidente e do vice-presidente da comissão. O senador Romero Jucá, de Roraima, foi o escolhido pelo seu partido, o PSDB, para assumir a presidência do órgão.

Entre os projetos em tramitação na CAS, destacam-se seis propostas que sugerem novas regras para uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Uma delas é do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que propõe a utilização dos recursos do fundo para pagamento de mensalidades de



Comissão presidida por Jucá deve analisar projeto sobre CLT

ensino médio e superior.

Também deverá constar de uma das primeiras pautas da comissão projeto da atual ministra do Meio Ambiente, a senadora licenciada Marina Silva (PT-AC), que altera artigo da Consolidação das Leis do Traba-

lho (CLT) para extinguir a contribuição sindical obrigatória.

Um dos mais polêmicos projetos que os senadores da CAS deverão votar neste semestre é o que define os atos de prerrogativa exclusiva dos médicos, já aprovado, pelo critério da constitucionalidade, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A matéria, que encontra oposição das entidades de representação dos fisioterapeutas, psicólogos, nutricionistas e enfermeiros, entre outros, irá receber parecer de mérito na CAS.

COMISSÕES

ACM desiste e Lobão deve presidir a CCJ

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) não vai mais disputar a indicação para a presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em virtude da repercussão de notícias sobre o suposto envolvimento dele com escutas telefônicas na Bahia. Ele havia sido indicado pelo PFL para comandar aquela que é considerada a mais importante comissão permanente do Senado. Antonio Carlos afirmou que a desistência tem caráter apenas temporário e deve evitar constrangimentos aos senadores.

— Apesar do apoio total do meu partido, não quero causar constrangimento a ninguém, seja do meu ou dos demais partidos. Acho que devo me afastar da candidatura temporariamente e depois, se

a comissão julgar conveniente, volto ou não — observou.

Embora tenha desistido da candidatura, Antonio Carlos permanecerá como um dos integrantes da CCJ indicados pelo PFL.

NOVA INDICAÇÃO

A presidência da comissão deverá ser ocupada pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), indicado ontem pela liderança do PFL no Senado.

— Recebi a convocação do líder do meu partido, senador José Agripino, e não pude me furtar a aceitar a tarefa de substituir o senador Antonio Carlos Magalhães. Subordino-me, portanto, à decisão do partido — disse Lobão.

José Agripino confirmou a in-



Lobão é novo indicado do PFL para comandar a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Roosevelt Pinheiro

afastar-se até o fim das investigações da Polícia Federal, por entender que poderia causar constrangimentos à Casa, à CCJ e a outros senadores. Foi uma decisão corajosa, digna, responsável e consciente, que nada tem a ver com reconhecimento de culpa”, justificou Agripino.

O nome de Edison Lobão, segundo Agripino, foi sugestão do próprio Antonio Carlos Magalhães, já que, explicou, a presidência da CCJ cabia ao partido. “O PFL não pediu nada ao senador Antonio Carlos,

que tem a confiança e o apoio de todos os colegas de bancada, que acreditam em sua inocência”, dis-

se. José Agripino também descartou qualquer possibilidade de abertura de uma comissão parlamentar de inquérito para apurar o grampeamento de telefones na Bahia. “Não vejo nenhuma razão para isso, porque a Polícia Federal está apurando, investigando”, argumentou o senador.

O líder do PT, senador Tião Viana (AC), considerou normal que a indicação de Antonio Carlos Magalhães para a presidência da CCJ fosse suspensa até a apuração das denúncias contra ele. “É um procedimento normal nas circunstâncias. E cabe ao PFL indicar o substituto, porque a presidência da CCJ cabe ao partido, dentro da proporção das bancadas”, ressaltou.

dicação de Lobão: “O PFL iria manter a indicação de Antonio Carlos, mas o próprio senador preferiu

Comissão examina novas restrições à propaganda de cigarros e bebidas alcoólicas

Depois de ser instalada, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deve se pronunciar sobre cinco projetos de lei que restringem ainda mais as campanhas publicitárias de cigarros e bebidas alcoólicas. Os projetos, de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), da senadora licenciada Marina Silva (PT-AC) e dos ex-senadores Carlos Patrocínio, Emilia Fernandes e Roberto Requião, buscam estabelecer mecanismos de esclarecimento sobre os malefícios do consumo do tabaco e do álcool para a saúde. Deve ser mantido como relator das matérias, que tramitam em conjunto, o senador Jefferson Péres (PDT-AM).

O projeto de Suplicy estabelece que para cada real investido em

publicidade, pelas empresas de derivados de tabaco ou de bebidas alcoólicas, outro real terá de ser aplicado em campanhas que condenem o vício e que mostrem as conseqüências do consumo desses produtos para a saúde.

— É hora de estreitar o cerco, de definir o que contribui e o que conspira contra um ideal humano de felicidade e saúde. É hora de lutar por uma consciência de que ainda existem poderosos parasitas em nossas sociedades, que sobrevivem da desgraça dos mais fracos. É hora de dizer que isso é imoral — defende Suplicy.

Já a proposta de Emilia Fernandes determina que a propaganda e as embalagens de bebidas alcoólicas, assim como já acontece com as de tabaco, deverão trazer fra-

ses de advertência como “bebida alcoólica é a principal causa de acidentes de trânsito”.

— A obrigatoriedade de advertências na publicidade e nas embalagens de bebidas é recomendada pelas autoridades sanitárias como forma de alertar usuários sobre os perigos. Essas advertências servem, ainda, como reforço das ações de educação para saúde e como demonstração de empenho no combate ao alcoolismo — justifica Emilia.

MULTAS

Um terceiro projeto que tramita em conjunto, proposto por Marina Silva, proíbe a propaganda de fumíferos em qualquer meio de comunicação. O projeto também determina que os maços de cigarros tragam advertências.

Mais ampla, a proposta de Requião traz os mesmos mecanismos propostos por Marina e permite que sejam aplicadas multas mais severas no caso de descumprimento das limitações estabelecidas na chamada Lei Murad (Lei nº 9.294, de 1996) para propagandas de bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas.

BRONZEAMENTO

O objetivo da proposta de Carlos Patrocínio é advertir quanto aos riscos do bronzeamento artificial. Ele pretende que as propagandas e os equipamentos utilizados na técnica tenham advertências de que essa forma de bronzeamento pode causar câncer de pele, catarata e envelhecimento precoce, entre outros males.

De posse das sugestões elaboradas pelos parlamentares, o senador deve optar por apresentar substitutivo a uma das propostas, considerando as demais prejudicadas. Nessa proposta, que deve trazer mudanças na Lei Murad, Jefferson pode aproveitar dispositivos de todos os projetos.

As matérias haviam sido despachadas inicialmente à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), mas requerimento aprovado pediu que a CCJ se pronunciasse acerca da constitucionalidade das propostas, já que pode haver a interpretação de que a proibição de publicidade fere o direito constitucional de liberdade de expressão. Ou seja, depois de analisadas pela CCJ, as matérias ainda precisam receber o parecer da CAS.



TV SENADO

7 ANOS

Criada em fevereiro de 1996, a TV Senado acaba de completar sete anos. Nasceu com a tarefa de ser uma televisão plural e de mostrar na íntegra e sem censura os trabalhos legislativos.

Efraim defende prioridade para a reforma tributária

Ele afirma que mudança constitucional deve “assegurar o princípio da justiça social: quem ganha mais paga mais”

A reforma tributária deve ter prioridade sobre as demais mudanças constitucionais, defendeu o senador Efraim Morais (PFL-PB), para quem as alterações a serem efetuadas “devem assegurar o princípio de justiça social: quem ganha mais paga mais”. Ele afirmou que essa reforma é importante para definir um pacto federativo, para que as atribuições de cada nível de governo fiquem claramente definidas.

— O país não agüenta mais assistir, nos momentos de crises localizadas ou catástrofes climáticas, a um prefeito dizendo que a culpa é do governador e o governador dizendo que é do governo federal, ficando o cidadão que precisa de socorro urgente sem ser atendido, enquanto as autoridades disputam um jogo de empurra-empurra — observou.

A atual carga tributária do país, acrescentou, também não pode mais fazer o Brasil perder competitividade no mercado externo, justamente no momento em que é preciso assegurar o ingresso de dólares e ampliar as oportunidades de emprego para a popula-



Célio Azevedo

Efraim Morais disse que alteração é importante para definir pacto federativo

ção. “O Brasil não deve se tornar refém do capital especulativo para zerar o seu déficit em conta corrente, mas empreender um trabalho de *marketing* e aprimoramento de sua produção para garantir saldos sempre crescentes em sua balança comercial”, salientou Efraim Morais.

Quanto à reforma do sistema previdenciário, o senador entendeu ser preciso, primeiramente, ampliar a formalização da mão-

de-obra no país, com o objetivo de expandir o número de empregos com carteira assinada e, dessa forma, garantir o pagamento de débitos com a Previdência Social.

O governo também deve usar todos os mecanismos que estão à sua disposição para impedir fraudes no sistema previdenciário, defende o palamar. As aposentadorias precoces, conforme assinou, também devem ser evitadas.

Pavan sofre acidente e adia discurso

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) ficará afastado por alguns dias dos trabalhos legislativos, por motivo de licença médica. Ele foi vítima de um acidente no último sábado, na praia de Morrinhos, em Santa Catarina, e ficará em tratamento no Hospital Sarah Kubitschek, em Brasília. Conforme o diagnóstico, o parlamentar sofreu traumatismo na coluna cervical durante mergulho em águas rasas.

Pela avaliação médica, apesar da fratura na coluna, o senador não sofreu lesão neurológica, e receberá medicação e um colar cervical para imobilização, devendo permanecer em repouso nos próximos dias.

Leonel Pavan havia agendado para esta semana o pronunciamento de estréia na tribuna do

Senado, abordando a necessidade de duplicação da rodovia BR-101 no Sul do país. Ele também deveria encontrar-se amanhã com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Após o acidente na praia, o senador foi socorrido por veranistas e atendido numa clínica em Bombinhas (SC). Poste-

riormente, foi transportado de helicóptero para um hospital em Florianópolis. Leonel Pavan recebeu telefonema do presidente do Senado, José Sarney, que colocou à disposição do senador serviço de UTI móvel aérea. Pavan foi transferido ontem para Brasília, onde fará o tratamento.

José Cruz



Leonel Pavan falará esta semana sobre duplicação da BR-101 no Sul do país

Bancos poderão aplicar mais dinheiro em moradia

Os financiamentos habitacionais poderão obter um reforço de R\$ 32,3 bilhões, a preços de 2001, se for aprovado pelo Congresso Nacional projeto de lei de autoria do então senador Ademir Andrade. A matéria encontra-se na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para decisão em caráter terminativo, e a relatora designada é a senadora Heloísa Helena (PT-AL).



José Cruz

Heloísa Helena é relatora do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos

A proposta pretende acabar com a brecha legal possibilitada pela resolução do Banco Central nº 1.361, de 1987. A medida permitiu que os bancos computassem os títulos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) para atender à exigência de aplicação de 65% dos recursos das cadernetas de poupança em empréstimos para o setor habitacional.

Com essa autorização do BC, as instituições financeiras puderam reorientar os recursos liberados da exigibilidade para outras operações mais rentáveis, como empréstimos pessoais, cartões de crédito e cheques especiais. Segundo a justificativa do projeto, essa prática vem reduzindo significativamente os valores captados em poupança que são destinados aos financiamentos habitacionais. A perda avaliada é de R\$ 32,3 bilhões.

A emissão de títulos do FCVS foi a alternativa encontrada pelo governo para tentar solucionar o enorme descompasso criado, no passado, entre as prestações pagas pelo mutuário e a remuneração dos

recursos captados dos poupadores. Esse desequilíbrio entre as duas pontas do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) provocou saldos crescentes do FCVS e a necessidade de securitização dessa dívida.

O volume de títulos do FCVS em poder das instituições financeiras públicas e privadas atingiu R\$ 43,9 bilhões em 2001. Conforme dados da justificativa do projeto, os bancos lucraram muito com a liberação autorizada pelo BC. O exemplo citado tomou por base os títulos do FCVS vendidos com deságio de 50%, em relação ao valor de face, para os bancos que foram socorridos pelo programa governamental de recuperação do sistema bancário, conhecido como Proer.

O valor desses títulos está estimado em R\$ 4 bilhões, segundo avaliou Ademir Andrade. Os cálculos projetados sobre essa quantidade mostram que ela se transformaria em R\$ 74,7 bilhões no período de cinco anos se fosse considerada uma taxa de remuneração média do mercado de 5%.

BC deverá informar sobre decisões do Copom

Aguarda inclusão na ordem do dia projeto de resolução do então senador Paulo Hartung, atual governador do Espírito Santo, que determina o comparecimento do presidente do Banco Central ou de um diretor por ele indicado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para expor decisões adotadas pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

Em sua justificativa, Hartung

sustenta que o “Senado Federal tem obrigações constitucionais de controlar o endividamento e de dispor sobre limites e condições para as operações de crédito externo e interno”.

O projeto, que acrescenta dois parágrafos à Resolução nº 93/70, recebeu parecer favorável dos relatores na CAE, senador Romero Jucá (PSDB-RR), e na Comissão Diretora, o então senador Ronaldo Cunha Lima.